

Rodovias sergipanas acumulam problemas

SE tem 2.500 km de rodovias que precisam de restauração ou pavimentação

Greicy Andrade
DA EQUIPE JC

São muitas as reclamações dos sergipanos contra as condições das estradas estaduais que cortam os municípios. E não é para menos, já que o Estado possui 2.200 km de rodovias pavimentadas e 1.700 km não são pavimentadas. Na avaliação da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), 1.400 km de rodovias estão em bom estado de conservação, as quais foram construídas e recalçadas totalmente. Já os 800 km restantes necessitam sim de restauração.

Com a malha viária antiga, com mais de 30 anos, a Seinfra explica que com o passar do tempo o asfalto perdeu a capacidade de impermeabilização e de aderência. Aliado a esses fatores, essas rodovias são afetadas com a ação do tempo, como em todo período de inverno, com as fortes chuvas que caem no Estado. Um fenômeno natural e de variável não controlável, que gera infiltrações e, por conseguinte, o aparecimento de buracos na pista.

“O envelhecimento do pavimento dificulta a correção através do procedimento de tapa buracos devido à falta de aderência. Nessas condições, o recomendado é uma reconstrução ou recapeamento total da rodovia. No período das chuvas, as reclamações costumam aumentar em função do aparecimento de muitos buracos, e o Governo do Estado vem tentando fortemente a captação de recursos para recuperação geral das rodovias, mas, enquanto isso, o Departamento Estadual de Infraestrutura de Sergipe (DER) realiza as correções através de tapa buracos, tendo como prioridade as rodovias e os trechos mais críticos”, explicou José Castilho, assessor da Seinfra.

Foram construídos e restaurados no Governo de Jackson Barreto aproximadamente 226 km. Atualmente, a rodovia que liga os municípios de Tobias Barreto e Poço Verde passa por uma operação conjugada de tapa buracos, por meio da qual onde existir uma aglomeração maior de buracos será realizado o recapeamento. Só este serviço custará em torno R\$ 4 milhões e serão empregadas cerca de seis mil toneladas de asfalto.

“O Governo do Estado vem realizando um trabalho de captação



Jadilson Simões

de recursos que permitirá a recuperação das principais rodovias e terá prioridade as rodovias que estiverem numa condição pior de conservação. Os estudos estão sendo realizados pela equipe do Governo e logo que forem concluídos divulgaremos a relação das rodovias que irão ser incluídas nesse projeto atual”, informou.

Pontes recuperadas

Foram realizados serviços de recuperação de ponte na Avenida Heráclito Rollemberg, no Conjunto Orlando Dantas, no valor de R\$ 483.057,91; recuperação da ponte na Avenida Heráclito Rollemberg, no Conjunto Augusto Franco, no valor de R\$ 338.608,82; recuperação da ponte do Rio do Sal, na divisa Aracaju/Nossa Senhora do Socorro pelo Conjunto João Alves/Lamarão, no valor de R\$ 1.441.619,85; recuperação das duas pontes sobre o Rio Poxim, sendo uma no sentido Bairro Atalaia ao Centro e a outra no sentido Centro da cidade ao Bairro Atalaia; recuperação da passarela anexa à ponte sobre o Rio Poxim, na Avenida Paulo Barreto, ao lado do Parque dos Cajueiros, no valor total de R\$ 3.265.627,10; recuperação estrutural da ponte José Rollemberg Leite, entre os municípios de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, no valor de R\$ 2.339.879,70.

Castilho revela ainda que existe um estudo de recuperação e construção de novas pontes no Estado, o qual será divulgado após o término.

Obras em execução pelo DER

Atualmente, dezenas de obras encontram-se em andamento no Estado. Como é o caso da SE-290, no trecho Poço Verde/Tobias Barreto. E implantação da pavimentação asfáltica do acesso 036, no trecho BR-235 (município de Frei Paulo, no Povoado Serra Redonda).

Há ainda a implantação da pavimentação de parte da Rodovia SE-100, entre SE-439 e SE-226, e da rodovia SE-439, entre SE-204 e SE-100; e execução da ponte sobre o Rio Sangradouro, na Rodovia SE-100.

Implantação e pavimentação da rodovia interligando o Povoado Cruz das Graças à Rodovia SE-175 (Estaca 356 à Estaca 546+7,53), no município de Nossa Senhora Aparecida.

Implantação da rodovia SE-170, trecho entroncamento SE-200/Povoado Carro Quebrado/Povoado Escurial, no município de Nossa Senhora de Lourdes.

Implantação da pavimentação de parte da Rodovia SE-255, entre BR-101 (Povoado Aninangas - Itaporanga D'Ajuda), Povoado Mangabeira e Povoado Pedrinhas, entre BR-235, e Povoado Rio das Pedras, em Itabaiana.

A nova rodovia SE-204, que liga os municípios de Japoatã e Propriá. A rodovia terá 14,8 km de extensão e encurtará a distância entre os dois municípios em aproximadamente 20 km.

Implantação da nova rodovia que ligará a SE-100 a SE-439, entre os municípios de Pirambu e Pacatuba. Contemplará 47,23 km (sendo 39,23 km na SE-100 e

SÃO 800 KM de malha viária antiga, com mais de 30 anos e afetada pelas ações do tempo; e 1.700 km das rodovias sergipanas não são pavimentadas

8 km na SE-429) e fará a interligação do litoral norte sergipano.

Interligação das avenidas Rio de Janeiro e Gasoduto. Proporcionar fluidez ao trânsito, facilitando o deslocamento da população em Aracaju para diminuir congestionamentos nas avenidas Tancredo Neves e Heráclito Rollemberg.

Rodovias já executadas

Até agora já foram executadas pelo DER, a Rodovia Adil Dantas do Amor Cardoso (SE-368), que liga Santa Luzia do Itanhá ao Povoado Crasto, inaugurada no dia 9 de março de 2017. A primeira rodovia do Estado com passagens de fauna terrestre e aérea ligando árvores para serem usadas pelos animais.

Duplicação da SE-170, rótula da entrada da cidade de Tobias Barreto, ganhou mais de 1,4 km na sua extensão. Inaugurada dia 29 de dezembro de 2016.

Avenida Doutor Lauro Porto - antiga Avenida Santa Gleide -, que liga a capital sergipana às rodovias BR-235 e BR-101. A rodovia está localizada entre o acesso à sede do município pela Rodovia SE-170 até o entroncamento com as Rodovias SE-429 (Pedra Branca/BR 101), e a Açu a SE-245 (Riachuelo) e o Rio Manoel do Prado Franco, sendo que ela atravessa a Rua da Pedreira e o Povoado Corre Nu.

Distrito Industrial de Estância. Dá acesso tanto ao Polo Têxtil de Estância quanto à Companhia Industrial Têxtil (CIT). A Avenida Roberto Constâncio Vieira possui uma extensão total de 2.565 metros.

SERGIPE

Mais de mil empresas sonegaram impostos

Lais de Melo
DA EQUIPE JC

A Receita Federal proibiu 1.002 empresas em Sergipe de realizar novas apurações do Simples Nacional. A medida foi adotada após ser identificado que os contribuintes assinalaram indevidamente campos contidos em 17.257 documentos de arrecadação e declaratórios do Simples Nacional, identificadas por PGDAS-D (aplicativo disponível no Portal do Simples Nacional para a efetuação do cálculo dos tributos devidos mensalmente na forma do Simples Nacional e imprimir o documento de arrecadação), de forma a não recolher ou reduzir os tributos devidos à União ou ao Estado de Sergipe.

De acordo com a assessoria de comunicação da Receita Federal, as condutas apuradas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional podem ser enquadradas como crimes contra a ordem tributária ou de sonegação de imposto, e os empresários estão sob pena de sofrer lançamentos de ofício, representação fiscal para fins criminais e de serem excluídos do Simples Nacional.

As pendências acumuladas são referentes ao período de janeiro de 2013 a junho de 2017. A Receita Federal em Sergipe ainda está apurando qual a soma total da dívida acumulada, e ressalta que os empresários devem pagar o mais rápido possível.

Desde o dia 21 de outubro, as empresas selecionadas na malha da Receita, antes de transmitir a declaração do mês terão de retificar as declarações anteriores, gerar e pagar o DAS complementar para se autorregularizar, ou seja, o próprio PGDAS-D mostrará as declarações a serem retificadas.

Os contribuintes só poderão retomar o acesso para emissão de declaração do DAS quando regularizarem a situação mediante pagamento da dívida. “Eles permanecerão proibidos de emitir a declaração até que retifiquem os PGDAS-D emitidos irregularmente e recolham os valores complementares que serão apurados. Tem que se regularizar de imediato ou no menor intervalo de tempo possível, pois as restrições para apuração dos tributos pelo Simples Nacional já estão em vigor desde o último dia 21 de outubro”, reforça a analista Thayla Abreu dos Anjos.

Segundo Thayla, a Receita Federal recomenda que o empresário promova sua autorregularização o mais rápido possível. “Em face da gravidade da situação detectada, as consequências poderão advir diante de uma eventual postergação dos devidos encaminhamentos. A primeira providência é demandar do setor contábil da empresa a adoção das providências cabíveis e havendo persistência de dívidas, o profissional da contabilidade encarregado poderá agendar, pela internet, um atendimento presencial no Plantão Fiscal Fazendário da Delegacia da Receita Federal, em Aracaju”, orienta.

A Receita informa ainda que as empresas não serão pegadas de surpresa. Essa ação já foi divulgada no site da Receita e no Portal do Simples Nacional com orientações para o contribuinte se autorregularizar.

JÓAO ALVES DE ARAÚJO

Reintegração foi antecipada

O defensor público coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado, Sérgio Barreto Moraes, foi surpreendido no final da manhã dessa sexta-feira, 27, com a notícia de que 40 famílias seriam retiradas ainda hoje do Conjunto Habitacional João Alves de Araújo, em Malhador, sem a presença de defensores públicos e representantes do Conselho Tutelar, Corpo de Bombeiros, Samu e de outros órgãos.

No local há 60 crianças com idades entre 0 a 12 anos, além de idosos, o que preocupa o membro da Defensoria Pública. “É lamentável que haja uma reintegração de posse sem ter comunicado à Defensoria Pública e convocação de outros órgãos para garantir a integridade física das famílias”, lamenta Sérgio Barreto.

A dirigente do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (Motu), Jack Lopes Correia, mostrou-se indignada com a decisão da juíza Patrícia Cunha Paz Barreto de Carvalho e disse que teme excessos durante a operação. “Sinto-me um nada neste momento. Em todas as reintegrações de posse os juizes dão a chance para conciliarmos e negociarmos a retirada das famílias, mas essa

juíza deu um prazo de desocupação pacífica até o dia 3 de novembro, porém, antecipou para essa sexta-feira, 27, pedindo para que fosse cumprida da pior forma possível, sem a presença do Conselho Tutelar, Defensoria e outros órgãos que garantem o direito e a integridade física dessas pessoas”, contou.

“A tenente Beliza conversou com a gente e com o defensor público Dr. Sérgio para tentar uma forma de garantir que saíssemos sem nenhuma resistência e agora vou conversar com as famílias para tentar a melhor forma para que todos consigam tirar seus pertences em tempo hábil, mas não sei como será a reação deles. Inefelizmente, a Polícia Militar está cumprindo a ordem judicial. Nós procuramos por conta própria a Defensoria e o Conselho Tutelar, mas na minha opinião quem deveria garantir a presença desses órgãos seria o Judiciário, como sempre fez”, lamenta Jack Lopes.

“Lamento profundamente a decisão que se omitiu em intimar os órgãos indispensáveis à execução. Agora, vamos adotar todas as providências cabíveis para garantir o direito dessas famílias”, garantiu Sérgio Barreto.

FEIRAS LIVRES

Carnes vendidas têm origem duvidosa

Não é difícil encontrar nas feiras livres de Aracaju carne, seja ela bovina, suína, caprina, ovinha e até peixes, tudo isso exposto em bancas sem refrigeração, em temperatura ambiente, que favorece a proliferação de bactérias e sem nenhum tipo de higiene. Uma cena muito comum vista nas feiras é o dono da banca passar o troco com a mesma mão que trata o alimento. Sem fiscalização, a comercialização desse produto, com todas as irregularidades, ocorre livremente e os riscos para a saúde humana ficam cada vez mais evidentes.

O perigo, no entanto, começa antes mesmo da carne chegar nas feiras livres. No abate clandestino, feito no interior do Estado, de onde vem a carne consumida na capital, o manuseio do produto é feito em local impróprio, sem estrutura adequada e sem higiene. Os animais são sacrificados no mató. Os riscos de contaminação ambiental, propagação de vetores transmissores de doenças e prejuízo à saúde da população estão escancarados.

De acordo com a veterinária Juliana Teixeira Mota, quando não são respeitadas as regras de higiene, os alimentos podem servir de abrigo para micro-organismos perigosos para a saúde. “Um dos problemas mais comuns é a toxinfecção alimentar, que é a infecção adquirida pelo consumo de alimentos



Divulgação

contaminados por bactérias ou suas toxinas. Outro risco dos alimentos em más condições é a teníase, doença causada por parasitas, geralmente transmitida pelo consumo de carne contaminada com cisticercos, que são as larvas do verme”, disse.

A veterinária lembra que nos abatedouros legalizados a inspeção evita que animais doentes, com tuberculose ou brucelose, por exemplo, sejam abatidos e levados para a comercialização. “No frigorífico existe uma equipe de auxiliares de inspeção, os quais são treinados e monitorados constantemente pelos fiscais da Emdagro. A inspeção

é realizada em toda carcaça e vísceras. Ao detectar qualquer anormalidade, o órgão do animal é descartado imediatamente sob a supervisão e autorização do fiscal”, comentou.

Como saber

Juliana Mota orienta o consumidor para ficar atento a alguns detalhes que diferenciam uma carne inspecionada de uma carne oriunda do abate clandestino. “No varejo, é possível observar, através dos cortes, embalagens e rotulagens, nos quais devem conter todas as informações necessárias do estabelecimento de origem do produto, como a logomarca

do serviço de inspeção, que contém um número de registro frente ao órgão fiscalizador, a data do processamento, data de validade e temperatura de conservação”.

Quando se trata de grandes peças, é possível observar os carimbos de inspeção de cor azul/roxa, de tinta atóxica (base violeta) contendo o número identificando o estabelecimento produtor. “Em situações em que os produtos estejam em cortes, mas sem identificação, o consumidor deve exigir nota fiscal de compra do estabelecimento varejista, podendo constatar se aquele produto vem de estabelecimento registrado ou não”, comentou.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE.
RELACÃO DA CIPA FAMILIAR A CONCORRER
AO PLEITO DE RENOVACÃO DE 23 (DOIS TERÇOS) DO PLEVÁRIO
O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe comunica que a cipa acima relacionada está habilitada a concorrer ao cargo a se realizar nos dias 31 e 22 de novembro de 2017.

CHAPA Nº 1
MANDATO DE 2018 a 2021

Nº	CONSELHEIROS			Categoria Profissional	Nome	Registro nº
	Categoria Profissional	Nome	Registro nº			
1	CONTEADOR	VANERSON DA SILVA MELO	000830	CONTEADOR	EDSON SOUZA DE FREIS	0017030
	CONTEADOR	EDSON SANTOS MARIANO	000840	CONTEADOR	PABLO SOUZA DE VIEIRA	0008080
2	CONTEADOR	GILVANA ANDRADE DO NASCIMENTO	000890	CONTEADOR	EVANESSE XAVIER	0008100
	CONTEADOR	CLEAYLTON FERREIRO DE MENEZES GONCALVES	000910	TECNICO EM CONTABILIDADE	ROBERTO PEREIRA ARCEBES SANTOS	0005500
3	CONTEADOR	JOSERA BRUNDES SILVA ALVES	000400	CONTEADOR	ALCANTARA MORAES	0008080
	CONTEADOR	MARCIA KARRINA DA SILVA SANTOS	005610	TECNICO EM CONTABILIDADE	FRONZINI FERRELLA DOS ANJOS	0047500
4	CONTEADOR	JORGES LEITE DOS SANTOS	000920	CONTEADOR	MARCELO EDUARDO LEITE MACIEL	0008230
	TECNICO EM CONTABILIDADE	JENILTON GOMES DA SILVA	000910	CONTEADOR	CLAUDIO ORTIZ AGUIAR	0009100

Aracaju/SE, 30 de outubro de 2017

Ana Lúcia Sales dos Santos
Coordenadora da Comissão Eleitoral
(CRSSE-0017400)